

***“WHEN THINGS DON`T WORK WELL IN THE BEDROOM,
THEY DON`T WORK WELL IN THE LIVING ROOM EITHER” (WILLIAM MASTERS)***

Tradução assumida: “Quando as coisas não funcionam bem no quarto, também não funcionam bem na sala de estar”.

Apeteceria comentar esta frase somente com questões!

O que é que *se passa* no quarto? E o que é que tem este poder – absoluto e total – sobre toda a vida da sala de estar? O que é não “funcionar bem”? Pode ou não, afinal, “funcionar-se bem” de diferentes formas? Ou estão/estamos todos, aqueles que se atreverem a partilhar o quarto com alguém, condenados às normas de um suposto bom funcionamento? Já agora, quem estabelece ou estabeleceu as “regras do jogo”? Quem tem e quem confere o poder para ajuizar? Falamos de regras-critérios “de saúde mental” - aquelas que são ditadas pela ciência? Ou serão as leis da justiça? Ou leis de uma moral religiosa dominante? Quem estará no quarto? Que idade têm? de que tempo são? porque escolheram partilhar o quarto? E partilharão também a sala?
...

Poderia continuar- apeteceria continuar o comentário com questões.... Arrisco resumir, estas e todas as outras que não formulei, numa só pergunta: Porque é que o sexo é tão importante? Assumo, assim, o pressuposto que a frase alinha o “bom funcionamento no quarto” com a vivência sexual. E também que esta, para ser satisfatória, pressupõe que seja ativa. E imagino que genital, ou então não seria sexo.

A frase encerra em si mesma várias metáforas: a do sexo-barómetro de uma boa relação emocional (ou vice-versa); a do sexo-barómetro de uma boa comunicação do casal (ou vice-versa), ou a do sexo-manifestação da interdependência entre amor e desejo. Flagrantemente, em todas elas, sobressai a metáfora-paradoxo: quem é o ovo e quem é a galinha nesta relação de interdependência. Dito de outra forma: a problemática conjugal potenciou ou fez emergir os problemas sexuais ou, pelo contrário, foi ela consequência dos problemas vividos “no quarto”? Vários são os significados, mas com um sentido que lhes é comum. O pensamento científico, assim como a religião ou as leis, conferiram ao sexo um lugar central na nossa cultura e na nossa organização social.

Esther Perel (2008), cita Patricia Love, que defende no seu livro *Hot Monogamy* a ideia de que a boa comunicação verbal é o mote fundamental para uma boa vida sexual. No essencial, a ideia desta autora é de que a confiança e a união emocional entre os membros do casal permitem a segurança necessária a uma boa expressão da sexualidade. Ou seja: a intimidade e a proximidade, uma vez conseguidas, facilitam a “vida no quarto”. Perel, por outro lado, defende que todos partilhamos duas necessidades, cujas finalidades são muitas vezes contraditórias ou paradoxais: a necessidade de segurança e a de excitação/aventura. Não põe de parte a possibilidade de que para alguns casais o sentimento de segurança resulte como um estímulo importante para o desejo sexual. Contudo, aponta noutro sentido, menos óbvio e porventura mais desconcertante: “o aumento da intimidade faz-se muitas vezes acompanhar de uma diminuição do desejo erótico” (p. 43). Num certo sentido, contraria a noção subjacente à ideia de Masters, a da existência de uma correlação positiva entre a intimidade e sexo. O sexo e o desejo sexual afirmar-se-iam assim como uma entidade autónoma e a sexualidade não se

constituiria como uma mera metáfora da vida relacional do casal. Nessa linha, a terapeuta de casal propõe que é da distância, e não da proximidade, que emerge o erotismo.

Relativamente à comunicação no casal, Júlio Machado Vaz (2003), num artigo sobre o conceito de sexualidade ao longo da história, fala de um novíssimo “imperativo da comunicação”, a propósito do conceito de sexualidade da OMS. Segundo o mesmo, este conceito agora já não requer a confissão, seja laica ou religiosa, mas antes “o conhecimento obsessivo entre os membros do casal” (p. 38). E, se assim for, que “espaço-distância” sobra ao erotismo?

Importa também questionar: de que sexualidade falamos?

Pensamos em sexualidade, num sentido estrito, meramente genital, ou referimo-nos a um conceito de sexualidade mais lato? Refiro-me a um conceito de sexualidade que certamente atravessa as barreiras físicas do quarto - por ter também que ver com comunicação, afeto, segurança, amor, além de prazer. E que, no que ao prazer concerne, também ultrapassa – ou pode – o limite dos genitais.

E de que conjugalidade(s) falamos?

Na cultura ocidental, o modelo que era vigente foi fortemente transformado pelas mudanças socioculturais dos anos 60 e 70. E, com estas, também a vivência da sexualidade se transformou. No nosso país, a revolução política que se deu no 25 de abril de 1974, veio a este nível operar transformações profundas a vários níveis da organização social. No que à sexualidade respeita, esta era fortemente regulada, compreendida com fins reprodutores, o coito pré-matrimonial moralmente condenado e as relações de conjugalidade e familiares ilustravam um paradigma em que as diferenças relativamente aos papéis de género eram acentuadas. Os tempos que se seguiram trouxeram progressivamente diversidade à organização das famílias. Aos modelos de conjugalidade e a uma sexualidade polarizada (homem-mulher; masculino-feminino; normal-patológico; hétero ou homossexual, que neste caso era também visto como patológico) seguiram-se *novos tempos*, em que estas dicotomias se esbateram, passando, talvez, a ter mais sentido falar de conjugalidades.

Concomitantemente, a noção do que é intimidade também se transformou. O casamento é, nesse aspeto, um bom exemplo. Não me refiro às novas possibilidades de forma – ainda que carregadas de significado no seu conteúdo-, como por exemplo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a união de facto ou novos modelos de organização familiar que emergiram. Em minha opinião, é o número de divórcios que sobressai enquanto reflexo de uma nova perspetiva de intimidade emergente. Esta, que era fundamentalmente vista como uma possibilidade em consequência de uma relação duradoura e de um compromisso, passou a ser a essência das relações amorosas. A prática clínica com casais é nisso categórica: o critério afetivo é um pilar central da escolha e na manutenção da união. Assim, dada a volatilidade das emoções e dos afetos – e do desejo erótico, também – a rutura na relação surge, como possibilidade e resultado da falência de um projeto imaginado, fundamentalmente do ponto de vista afetivo.

Numa outra perspetiva de análise, a frase que deu origem a esta reflexão remete, quanto a mim, também para um ideal de conjugalidade: a do casal “completo”. Nesse caso, o encontro entre os corpos – enquanto símbolo aceite da atração e do desejo -, é um sinal particularmente importante (e visível no sentido de que é observável, mensurável) para a confirmação da crença de que mantêm a proximidade afetiva e a intimidade. Podem, pois, progredir e realizar-se. Ou, dito de outra forma, o desvanecer do desejo significa que algo não está bem, que já não são esse

casal que idealizaram: algo vai mal “no quarto” e, como tal, também “na sala”. Já não são “completos”.

É difícil, tanto para os casais, como para os clínicos, ficar imune a esta ideia. A minha experiência clínica com casais, contudo, revela-me uma realidade menos absoluta. Muitas vezes, aos “problemas no quarto”, não corresponde uma perturbação relacional importante. Ou até, em certo sentido, nenhuma perturbação claramente definida do funcionamento sexual. Gostaria de sublinhar, antes de concretizar esta ideia, que o mesmo não é dizer que não há sofrimento. Pelo contrário, a dor emocional existe e pode atingir níveis significativos ou disruptivos. Todavia, esta pode resultar como consequência do sentimento de falha ou desadequação, resultantes de expectativas pessoais, relacionais ou sociais internalizadas.

A escuta neutra é, quanto a mim, um grande desafio dos terapeutas de casal, nomeadamente na avaliação da sexualidade. Entre a grande diversidade de padrões e formas de sentir, é possível também detetar um em que para os casais – ou algum dos seus elementos - o amor subsiste, mas não o desejo ou a capacidade de erotizar a relação, aspeto em que o tempo pode ter sido menos misericordioso. Ou dito de outra forma, mantêm o afeto, a ternura ou o amor, eventualmente reforçado (de formas muito diversas), mas não o desejo erótico, pelo menos da maneira como o compreendem ou desejam. Este é, naturalmente, apenas um entre muitos padrões numa gama fluida de histórias, mas que exige ao casal criatividade e originalidade na busca de um novo equilíbrio, quando desejado.

O que sobressai, nas histórias dos casais que escuto, são as grandes exigências e desafios a que estão sujeitos na atualidade. Subjugados a uma grande multiplicidade de tarefas, procuram realizar-se ainda em projetos individuais, por um lado, e de casal, por outro, que podem ser conflitantes entre si. Para tantos, acresce ainda o anseio, de manterem o erotismo e o desejo, de se gratificarem mútua e complementarmente no papel sexual, ou terem de se resignar, sentenciados ao sentimento de serem agora “incompletos”.

Referências bibliográficas

Leiblum, S.R. (2010) Treating sexual desire disorders: a clinical casebook. New York: The Guilford Press.

Perel, E. (2008). Amor e desejo na relação conjugal. Lisboa: Editora Presença

Vaz, J. M. (2003). Sexualidade e História. Em A Sexologia. Coimbra: Quarteto.

Porto, 20 de Novembro de 2021,

João Teixeira de Sousa